

Fenomenologia da crise brasileira

Ricardo Antunes*

“Percebi que a troca de existências não produzia apenas uma deliciosa renovação, mas também certa obliteração no meu interior – no sentido de que todas as recordações de minha vida anterior haviam sido esiladas de minha alma”.

Thomas Mann, *Confissões do impostor Felix Krull*

Resumo:

O social-liberalismo dos governos Lula exercitou uma política de concertação e conciliação excepcional: adotou uma política social focalizada e assistencialista, deixando de fora a classe trabalhadora organizada; ao mesmo tempo, ampliou o espaço do grande capital internacional no Brasil, incentivou a transnacionalização de importantes setores da burguesia nativa, como a construção civil, composta pelas empreiteiras, uma das mais corruptas frações do grande capital no país. Estes são ingredientes centrais para compreender a profunda crise política que vem corroendo os governos do PT.

Palavras-chave: Lula; lulismo; Dilma Rousseff; PT; crise.

Phenomenology of the Brazilian Crisis

Abstract:

The social liberalism of the Lula governments exercised a policy of exceptional concertation and conciliation: it adopted a targeted and assistentialist social policy, leaving aside the organizing working class; at the same time, it expanded the space of big international capital in Brazil, encouraged the trans-nationalization of key sectors of the native bourgeoisie, such as construction, composed by contractors, one of the most corrupt fractions of big capital in the country. These are central ingredients to understand the profound political crisis that is eroding the governments of PT.

Keywords: Lula; lulismo; Dilma Rousseff; PT; crisis.

A construção do mito

O Brasil teve um papel de relevo nas lutas políticas e sociais na década de 1980, conseguindo retardar a implantação do neoliberalismo que já se expandia

* Livre-docente em Sociologia; professor titular no IFCH/UNICAMP, Campinas-SP, Brasil. Autor de, dentre outros, *Adeus ao Trabalho?* (Ed. Boitempo, publicado também na Argentina, Itália, Espanha, Colômbia e Venezuela). Atualmente coordena as *Coleções Mundo do Trabalho*, pela Boitempo Editorial e *Trabalho e Emancipação*, pela Editora Expressão Popular.
End. eletrônico: rantunes@unicamp.br

por vários países da América Latina, como no Chile, na Argentina, no México. Depois das históricas greves do ABC paulista – núcleo operário onde floresceu Luiz Inácio Lula da Silva – ganhou enorme força um sindicalismo de oposição, denominado *novo sindicalismo*. As greves generalizaram-se pelo país, atingindo amplos contingentes da classe trabalhadora. Nasceram incontáveis movimentos sociais, ampliou-se a oposição à ditadura militar, desenhou-se uma Assembleia Nacional Constituinte (1986/88) e vivenciou-se, em 1989, um processo eleitoral – a primeira eleição presidencial depois da queda da Ditadura Militar – que fraturou o país em dois diferentes projetos sociais e políticos, um à esquerda e outro à direita.

Quando ocorreu a vitória política com a eleição de Lula, em 2002, o Brasil era um país profundamente distinto, uma vez que ocorreu em um contexto internacional e nacional bastante diferente daquele dos anos 1980: a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) e da esquerda veio quando o *transformismo* (Gramsci, 1989) já havia começado a metamorfosear o PT num *Partido da Ordem* (Marx, 1974). O Brasil havia se *desertificado* pelas medidas neoliberais da era FHC e o PT já não era mais um partido da classe trabalhadora e oscilava entre a resistência ao neoliberalismo e a aceitação de uma “nova política”, muito mais moderado, policlassista e adequado à ordem capitalista típica da era da financeirização¹.

O primeiro governo Lula (2003/2006) foi caracterizado mais pela *continuidade* ao neoliberalismo do que pela *ruptura*. Desenvolveu-se no Brasil uma variante com certas similitudes em relação ao que se denominava à época como *social-liberalismo*. Em seu primeiro governo, a sua política econômica preservou a hegemonia dos capitais financeiros (Oliveira, 2006), determinada pelo FMI, mantendo inalterados os traços estruturais constitutivos da excludente e perversa formação social burguesa no Brasil².

No segundo governo Lula, dada a crise política do chamado Mensalão e a quase perda das eleições presidências pelo PT em 2006, efetivou-se um conjunto de alterações importantes visando reconquistar um apoio que estava sendo erodido: ampliou-se o programa *Bolsa-Família*, uma política social focalizada e assistencialista, ainda que de grande amplitude e que procurava minimizar os níveis de miserabilidade de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente nas regiões mais atrasadas do país. Esta política social assistencialista – tida

¹ Retomamos aqui várias ideias que estão apresentadas especialmente em Antunes (2004, 2006 e 2011).

² Ver o rico e abrangente balanço crítico do neoliberalismo e suas distintas variantes em Pradella e Marois (2015).

como exemplar pelo Banco Mundial – alcançava menos a classe trabalhadora organizada, base de origem de Lula, mas atingia particularmente os setores mais pauperizados que normalmente dependiam das benesses do Estado para sobreviver. E houve também um relativo aumento do salário mínimo brasileiro em comparação aos governos anteriores de Fernando Henrique Cardoso e Collor de Melo.

Com essa programática, o governo do PT de Lula exercitou uma política de concertação e conciliação excepcional, com rara competência, que o aproximou de um semibonaparte, no sentido da conciliação e do papel do “líder” e não em sentido ditatorial, que nunca foi traço constitutivo da biografia de Lula. Seu segundo governo continuou beneficiando enormemente as diversas frações do grande capital, especialmente o financeiro e o industrial (que, como sabemos, têm uma forte simbiose entre eles, ainda que por vezes disputem espaços na condução da política econômica), além do agronegócio.

E, no extremo oposto da pirâmide social, procurou implementar uma política social mais ampla, ainda que sempre assistencialista, visando minimizar em alguma medida a brutal miséria brasileira. Mas, é imperioso enfatizar que *nenhum dos pilares estruturantes dessa miséria brasileira foi efetivamente enfrentado*. Essa era uma imposição das classes dominantes para garantir seu apoio ao governo Lula. Ao que seu governo aceitou servilmente. Os grandes capitais lucraram como poucas vezes na história recente do país, sendo que parcelas da base mais empobrecida e pauperizada da pirâmide social brasileira puderam ascender pequenos degraus, que são por certo hiperdimensionados pelos seus apoiogetas e contestados pela direita com seu intrínseco e ineliminável traço de insensibilidade social, herança de seu passado colonial quase “prussiano”, muito escravista, senhorial e excludente (Vianna, 1976). E a política de preservação do salário mínimo, ainda que abusivamente baixo, muito aquém do que a Constituição brasileira determina, também permitiu que o segundo governo Lula superasse a profunda crise que quase avassalou seu primeiro mandato.

Quando a crise mundial, a partir de 2008, começou a atingir os países capitalistas centrais, o governo tomou medidas claras no sentido de incentivar o Estado a retomar o crescimento econômico, através da redução de impostos em setores importantes da economia, como o automobilístico, o eletrodoméstico e a construção civil, todos estes incorporadores de força de trabalho, expandindo o mercado interno, compensando a retração do mercado externo que, no contexto da crise, diminuiu a compra das *commodities* produzidas no Brasil.

O governo Lula, além de ampliar o espaço do grande capital internacional no Brasil, incentivou a transnacionalização de importantes setores da burguesia nativa, como a construção civil, composta pelas empreiteiras, uma das mais

corruptas frações do grande capital no país. E esse fenômeno que será vital para compreender a profunda crise política que vem corroendo os governos do PT, não só durante o Mensalão, de meados de 2000, mas também após a vitória eleitoral de Dilma, em 2014, com o início de seu segundo mandato, da qual trataremos adiante.

A grande popularidade obtida pelo governo Lula, ao findar o seu segundo governo, em 2010, com mais de 80% de aceitação nas pesquisas de opinião pública, foi suficiente para garantir a vitória de sua candidata, a ex-ministra Dilma Rousseff, à presidência do Brasil. Essa eleição presidencial baseou-se na manutenção do projeto político do que então já se denominava como *lulismo*, caracterizado pela força eleitoral de Lula e sua liderança “messiânica” e carismática que contou, uma vez mais, com o apoio político de diversas frações burguesas que se sentiam satisfeitas e plenamente representadas pelo bloco de poder então vigente. E Lula, líder incontestado do PT, encontrou na candidatura de Dilma a *figura ideal*. Era uma gestora pública que havia substituído Jose Dirceu, na Chefia da Casa Civil, quando este fora demitido pelo escândalo de corrupção do chamado “Mensalão”. Sua candidatura seria capaz de herdar os votos de Lula *sem contestar a intocável hegemonia de Lula (e do lulismo) dentro do PT*.

Outros candidatos com potencial de votos e com boa densidade eleitoral e experiência política poderiam ter sido preparados, pois a transposição de votos de Lula para o “seu” novo candidato seria quase natural. Pode-se exemplificar com o ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Apesar de jamais se confrontar abertamente o comando lulista, uma candidatura como a de Genro poderia gerar espaços de relativa autonomia, o que, por certo, não seria aceito por Lula. Risco que ele não quis correr em 2010 e que, como se pode constatar em fins de 2015, paga alto preço por sua decisão monocrática (ainda que exercitada com muita simpatia, bastante envolvimento, mas sem aceitar nenhuma contestação). E esse erro grave do *líder incontestado* – escolher a dedo uma substituta sem a menor experiência política para ser a *sua* candidata à Presidência da República – *acabou por se constituir num ingrediente central da crise profunda do governo do PT no Brasil, dada a sua completa incapacidade de enfrentar crises políticas* como a que estamos presenciando.

E, seguindo o receituário social-liberal (apologeticamente denominado como “neodesenvolvimentista”, especialmente pelos *lulistas* e seus simpatizantes), ao longo de seu primeiro mandato, Dilma conseguiu sua reeleição em 2014. Começava, então, seu novo mandato, sendo incapaz de imaginar que, pouco tempo depois, iniciaria um martírio cujas previsões são impossíveis de se esboçar até o presente, dezembro de 2015. E se o futuro (imediato) de Dilma é imprevisível, procuramos enumerar alguns elementos que conformam a *fenomenologia da crise*

(econômica, social, política e institucional) que parece caminhar, ora para o colapso, ora para a ressurreição de seu governo.

A corrosão do mito

Se Dilma, criatura política de Lula, conseguiu vencer as eleições, lhe faltava a densidade social e política que seu criador exercia de modo abundante. Embora seu primeiro governo contasse com o apoio de um amplo leque de interesses econômicos poderosos, das finanças ao agronegócio, passando pela indústria – setores que também apoiaram Lula anteriormente – Dilma é uma individualidade diversa: gestora, burocrata, conhecida pelo seu centralismo, sem jamais ter participado de uma campanha política anterior. Já era possível antever o desastre que poderia ocorrer em uma situação de crise. Mas o *gênio político* de Lula, prioritariamente preocupado com seu controle no novo governo (e também com seu comando sob o PT), foi incapaz de perceber esse risco.

Em suas diretrizes econômicas mais gerais, Dilma manteve basicamente o receituário do segundo governo Lula: crescimento econômico com ênfase na expansão do mercado interno; incentivo à produção de *commodities* para a exportação (beneficiando especialmente o capital vinculado ao agronegócio); redução de tributos que beneficiam os grandes capitais (industrial, construção civil etc), mantendo uma política financeira preservadora – em grande parte de seu governo – dos juros altos, procurando garantir o apoio do sistema financeiro. Somente em alguns poucos momentos, quando as repercussões da crise internacional começaram a se intensificar no Brasil, é que o governo Dilma ensaiou uma política de redução de juros; o enorme descontentamento que encontrou no mundo financeiro a fez voltar rapidamente para a política de juros altos.

Com o agravamento da crise econômica internacional, que não mais se restringia aos países do Norte, mas também afetava diretamente os chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), começou gradativamente a cindir a base social burguesa que até então dava apoio aos governos Lula e Dilma, do PT e de seus partidos aliados e que *praticamente* comandava o pacto policlassista que o PT no governo havia desenhado. O Partido do Trabalhadores, que nascera sonhando com a autonomia de classe e independência política consolidava sua longa inflexão.

Porém, um novo elemento começava a ampliar os descontentamentos frente ao governo Dilma: no cenário político, ressurgiam, desta vez de modo muito amplificado, os escândalos de corrupção envolvendo diretamente o PT, sua cúpula política e seus partidos aliados, dos quais o PMDB é o mais forte. Foi nesta contextualidade política que, em junho de 2013, irromperam as rebeliões de junho. O país da “cordialidade” mostrava, uma vez mais, que sabia também

se rebelar. E a explosão popular chegou a praticamente todas as partes do Brasil. A totalidade do arcabouço institucional brasileiro fora, então, fustigado pelo levante social³.

Em continuidade aos levantes de junho desencadearam-se também manifestações as mais diferenciadas, nas periferias, bairros, centros urbanos, estradas, seguidas de uma expressiva onda de greves, em uma miríade de manifestações multitudinárias, onde os descontentamentos eram de diversas dimensões. Elas se originaram a partir das ações do *Movimento Passe Livre*, depois foram se ampliando até atingirem mais de dois milhões de manifestantes no conjunto do país e tendo uma gama enorme de reivindicações. E encontravam suas causalidades em uma espetacular convergência entre elementos estruturais mais amplos e uma contextualidade política particularíssima, que talvez possamos indicar resumidamente, nas linhas seguintes. Estes diversos elementos interseccionaram em junho de 2013.

Primeiro, foram motivadas pela percepção de que o projeto que vinha se desenvolvendo no Brasil desde a década de 1990 (inicialmente com FHC, depois com Lula e Dilma e que, como já sugerimos, tinham os mesmos pilares básicos em sua política econômica), havia finalmente se esgotado e acabaram por gerar um profundo *mal-estar social*. A população trabalhadora e jovem que foi dominante nas manifestações denunciava o transporte privatizado e precarizado, a saúde pública degradada e o ensino público abandonado. Rebelava-se, então, contra a mercadorização da *res publica*.

Segundo, as manifestações eclodiram em uma conjuntura marcada pela preparação da *Copa das Confederações*, quando a população percebeu que os recursos públicos estavam sendo drenados para a construção de estádios de futebol, externalizando uma simbiose complexa e profunda entre FIFA, interesses transnacionais e a totalidade das frações burguesas que aqui comandam, enlaçadas pelo governo do *desenvolvimento harmonioso* que começava a desmoronar. Foi emblemático que as rebeliões de junho de 2013 floresceram em pleno 10º aniversário dos governos do PT, então comemorado pelo partido em várias partes do país. A festa foi obliterada pela convulsão que deixou o PT em completa catatonia.

Terceiro, estávamos vivenciando um contexto internacional explosivo que se caracterizou pelas rebeliões nas mais diversas partes e cantos do mundo. Em um dado momento, o Brasil deixava de ser espectador para se tornar partícipe ativo de uma fase espetacular de rebeliões em escala global. E estas manifestações tiveram sempre a presença das massas populares se apropriando do espaço pú-

³ Ver Antunes (2014) e o significativo conjunto de artigos sobre as rebeliões de junho no livro organizado por Sampaio Jr (2014).

blico, nas ruas e praças, exercitando práticas *mais plebiscitárias, mais horizontalizadas*, além de estampar um descontentamento profundo em relação tanto às *formas de representação e de institucionalidade* que caracterizam as “democracias” vigentes nos países capitalistas.

E o Brasil também vivenciou este momento, com o afloramento da primeira profunda crise do governo Dilma (e da segunda grande crise do governo do PT, pois é bom lembrar que em 2005 a crise foi de alta intensidade no governo Lula). O mito do “país da classe média”, tão apregoado no país, começava a desmoronar. Mostrou-se muito mais como um *constructo ideal* do que dotado de *facticidade*, ainda que as políticas sociais e de valorização do salário mínimo não fossem idênticas nos governos do PT e do PSDB (FHC).

Mas, estas rebeliões eram polimorfas e diferenciadas, sendo que várias classes e setores de classes delas participaram. Assim, as esquerdas sociais e partidárias também estiveram presentes, desde a primeira hora, sem nunca terem se tornado dominantes ou hegemônicas. Entretanto, no curso dos levantes e rebeliões ocorreu também um elemento novo e imprevisível, dado pela aparição aberta de vários espectros das direitas conservadoras, algumas protofascistas e fascistas, defendendo inclusive a ditadura militar, expressão em boa medida de sentimentos e valores muito presentes nas classes médias mais tradicionais.

Algo de fato começava a mudar no país e a disputa pela hegemonia estava, a partir de então, aberta e indefinida. Diferentemente das passeatas contra o Collor, em 1992 e das manifestações de 1984 e 1985 contra a ditadura militar e pelas eleições diretas, as manifestações de junho de 2013 foram singulares. Tiveram desde logo um perfil policlassista, mas com forte presença de setores populares, do precariado jovem, dos estudantes-que-trabalham ou dos trabalhadores-que-estudam. Delas participaram também os setores mais politizados da juventude, dos movimentos sociais urbanos, como o Movimento do Passe Livre (MPL), ou oriundos das periferias, Movimento *Periferia Viva* e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e dos partidos de esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre outros grupamentos políticos.

Mas, ainda em pleno curso das manifestações, foram se ampliando os setores oriundos das classes médias mais conservadoras, *aparentemente* apolíticos, mas com clara inclinação à direita. Contudo, se estes setores não conseguiram conduzir as manifestações de 2013, elas intensificaram, a partir daí, uma campanha sistemática de ataque às esquerdas, aos movimentos sociais, além de converterem o “governo de esquerda do PT” em seu inimigo visceral.

Nesta conjuntura de alta turbulência, com um descontentamento tão heterogêneo e socialmente diferenciado, começava a desmoronar o mito *lulista*

do país onde tudo parecia que estava dando certo. Ao mesmo tempo em que adentramos em um ciclo de descontentamentos, levantes, rebeliões, greves, situadas em um espectro mais à esquerda, por outro lado, começavam também a despontar manifestações de claro perfil conservador, explicitamente à direita. Enfim, desenvolvia-se no Brasil algo que não se via desde a ditadura militar: dois polos claramente distintos e opostos, em aberta confrontação, com o governo Dilma no meio do furacão. Tudo isso foi empurrando o PT e seu governo para uma crise que ele jamais imaginou que um dia pudesse vivenciar.

Foi nesta contextualidade social e política que, em 2014, em plena campanha presidencial, Dilma Rousseff entrou na disputa eleitoral escondendo a intensidade do quadro econômico crítico em que já estava atolado seu governo. Afirmou de modo altissonante que não cortaria direitos dos trabalhadores em nenhuma hipótese e que também não faria o “ajuste fiscal” que os setores dominantes exigiam de qualquer candidatura que fosse vitoriosa em 2014. E, logo após sua vitória, consubstanciou-se o outro estelionato eleitoral⁴.

Dilma ganhou as eleições, nomeou um Ministro da Fazenda escolhido a dedo no alto escalão do capital financeiro e iniciou um “ajuste fiscal” duríssimo para as classes populares e, em particular, para a classe trabalhadora, em seu sentido *compósito e heterogêneo*, para recordar Florestan Fernandes. (Fernandes, 1975). Assim, as primeiras medidas tomadas pela candidata reeleita foram o inverso do que ela propugnou em sua campanha eleitoral: reduziu conquistas trabalhistas como seguro-desemprego; aumentou os juros bancários; indicou um Ministério de perfil conservador e começou a urdir um programa de “ajuste fiscal” profundamente recessivo. Desse modo, o segundo governo Dilma, ao implementar o que sua campanha dizia que a oposição conservadora faria, começou a ampliar ainda mais o desmoronamento de sua base social e política, que acabou jogando o seu governo em uma crise que não se via no Brasil desde a era Collor.

Sua resposta foi fazer mais concessões à direita e às frações dominantes: sua política econômica aumentou ainda mais o superávit primário, indicou nova leva de privatizações (aeroportos, portos, estradas, etc), aumentou significativamente a taxa de juros e, como Lula o fizera anteriormente, incentivava ainda mais o agronegócio. Perdia, na razão inversa destas ações, o já abalado apoio que Dilma e o PT ainda encontravam na classe trabalhadora, nos sindicatos e em parte dos movimentos sociais.

⁴ Estelionato frequente em nossas eleições e praticado também, em alta intensidade, pela candidatura ultraconservadora de Aécio Neves, que parecia um estranho paladino das causas dos “desprotegidos”.

Por certo já se evidenciava, desde os fins de 2014, que ocorreria uma “mudança de rota” ainda mais regressiva em sua política econômica, para tentar estancar a crise econômica e aplacar as pressões dos grandes capitais. Isso porque estas pressões se aprofundavam na medida em que a crise internacional também se intensificava. E, nesse novo quadro crítico, *as distintas frações dominantes* que anteriormente se beneficiaram sob os governos do PT começaram a disputar entre si quem arcaria o menor ônus da crise, uma vez que, *para além de penalizar agudamente a classe trabalhadora*, em um contexto de crise os lucros se reduzem e a disputa intraburguesa em torno de quem vai perder menos se acentua. Faltava um ingrediente que se efetivou com a deflagração da Operação *Lava Jato* ao avançar na coleta de elementos comprobatórios da vasta corrupção política que já tinha se tornado endêmica na Petrobrás.

Se é verdade cristalina que a corrupção sempre ocorreu no Brasil – pois sempre foi o *modus operandi* da direita no poder e no trato dos recursos públicos, envolvidas pelos fortes interesses de grupos, frações e classes dominantes – agora se tratava de uma corrupção implementada por um partido que nascera, em 1980, como uma nova esperança da esquerda para incontáveis militantes, em tantas partes do país, do continente e do mundo. De partido crítico, o PT dominante tornou-se parte constitutiva dessa pragmática.

As práticas que fagocitaram o PT e seus governos

Sabemos que as práticas de corrupção dos partidos de centro e direita são mais a regra do que a exceção, quando estes grupamentos estão no poder. Mas quando ela atinge um partido de esquerda (lembramos que o PT nasceu sob o signo da *ética na política*), isso teve um sabor especial para as direitas. E trouxe um componente explosivo que ajudou a desestabilizar a ampla aliança partidária que dava sustentação aos governos Lula e Dilma, aliança esta quase toda devassada pela prática generalizada da corrupção.

O principal partido de apoio ao governo Lula, o PMDB, foi também duramente maculado pelo saque. E como, através de suas principais lideranças políticas, este partido está sendo acossado por processos políticos presentes na Operação *Lava Jato*, ampliaram-se significativamente as dissensões justamente naquele agrupamento político movediço e pantanoso que até então garantia a maioria de votos necessária ao governo Dilma, tanto na Câmara quanto no Senado.

A reação do PMDB se efetivou através de seu principal membro no Parlamento, Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados. Político arquiconservador, estreitamente ligado a grupos religiosos neopentecostais, de longa data atuando nas sombras dos orçamentos públicos, acusado de envolvimento escusos desde o governo Collor, entrou no centro do furacão da Operação *Lava Jato*.

Deu-se uma metamorfose no PMDB de Eduardo Cunha que, de coadjuvante, passou a exigir que o governo Dilma dele se tornasse dependente. Quanto mais ele se distanciava do governo Dilma, mais abertamente assumia papel central na oposição. E, quando abrandava sua atuação, o fazia pensando no tempo de seu processo, tentando evitar, de todos os modos, que a cassação de seu mandato o tirasse da Presidência e também da Câmara dos Deputados⁵.

Desse modo, a explosiva crise do governo Dilma vivenciada no apagar das luzes de 2015, decorre de uma confluência de fatores fortes, mais ou menos simultâneos: 1) ampliação da crise econômica internacional e seus efeitos no Brasil; 2) vitória difícilíssima nas eleições onde o candidato de centro-direita fortaleceu-se, ampliando seus votos até mesmo em bases tradicionais do PT⁶; 3) ampliação da crise política decorrente das denúncias de corrupção envolvendo parte da cúpula política do PT o que levou José Dirceu e João Vaccari ao cárcere em 2015; 4) descontrole político e desestabilização do arco de alianças que davam sustentação ao governo Dilma; 5) descontentamento, revolta e rebelião popular contra as mediadas de “ajuste fiscal” que penalizam os trabalhadores; 6) repercussões da crise política no PT e em sua relação por vezes tensa com o governo Dilma, além de fissuras crescentes também nas relações entre Lula e Dilma, criador e criatura.

Não é difícil perceber a profundidade da decomposição política que vem avassalando o governo daquele que foi a principal esperança das esquerdas no Brasil pós-ditadura militar: e o PT, que um dia foi sólido, começou a desmanchar no ar.

Todo esse quadro fortaleceu a contraofensiva poderosa das direitas que conseguiram politizar o cenário aberto após as jornadas de junho de 2013, carregando parte significativa das camadas médias para suas propostas conservadoras que se resumem a praticamente uma única bandeira: lutar *contra a corrupção do governo Dilma e contra o PT*. E, por tabela, *contra a totalidade das esquerdas*, mesmo aquelas contrárias aos governos do PT, como o PSOL, o PSTU e o PCB, dentre outros, todos agrupamentos políticos que fazem aberta oposição de esquerda aos go-

⁵ Assim, inicialmente como apêndice, o PMDB vem procurando, através de um de seus blocos, consolidar-se como o centro do poder parlamentar no Brasil atual. Esta mutação está também diretamente ligada à eleição do Eduardo Cunha como presidente da Câmara, em fevereiro de 2015, em oposição ao candidato do PT. A esse quadro deve-se acrescentar ainda a relativa oscilação de Renan Calheiros, líder do Senado e presidente do Senador (também do PMDB) que, como um pêndulo, no início ameaçou se distanciar do governo Dilma, o qual acusava de ser responsável pela tentativa de enquadrá-lo judicialmente na Operação *Lava Jato*, para posteriormente recuar, aproveitando-se do espaço aberto pela ruptura de Eduardo Cunha.

⁶ De que é exemplo o ABC paulista, onde Aécio saiu vitorioso, justamente no cinturão industrial onde Lula e o PT se originaram.

vernos Lula e Dilma. Mas as esquerdas também encontram muitas dificuldades para compreender os significados mais profundos, presentes nas rebeliões abertas em 2013, claramente plebiscitárias, mais horizontais e de recusa aos comandos partidários, além de refratárias às práticas que se inserem predominantemente na institucionalidade. Isto porque parte delas ainda está demasiadamente prisioneira do calendário eleitoral e das ações limitadas à institucionalidade, distante, portanto, *do eixo central das rebeliões de junho de 2013*. Outra parte, por manter alguma expectativa em relação ao governo Dilma e suas possibilidades de mudança de rota ou ainda por temerem uma ofensiva de direita, torna-se prisioneira da tese do “apoio crítico” ao governo do PT.

Tudo isso vem dificultando a constituição de *um novo polo social e político alternativo*, capaz de confluir e polarizar a luta social e política oriunda das periferias, das fábricas, das empresas, dos sindicatos de classe, dos incontáveis movimentos sociais, das comunidades indígenas e sua excepcional resistência e força secular, movimentos que, em sua rica polifonia, têm ampla densidade social mas encontra limitações para avançar na constituição e consolidação de uma nova forma social e política dotada de maior organicidade, capaz de aproximar e soldar os laços desse emblemático mosaico social. Tudo isso amplia o quadro crítico e dificulta a aparição de uma alternativa oriunda das classes populares.

Como o *impeachment* assume hoje a forma de um golpe parlamentar, é mister recordar que o parlamento brasileiro tem um passado histórico golpista: em 1964, quando o presidente João Goulart, temendo ser preso no Palácio do Planalto, decidiu sair de Brasília, e assim tentar refazer sua base de apoio popular, o Parlamento declarou a vacância do cargo, *legitimando o golpe militar que estava em curso*. Portanto, o que se vê nesta conjuntura asperamente crítica, é a tentativa de retomada da pragmática golpista sob o comando parlamentar.

Mas é preciso enfatizar que a recusa ao golpe – uma vez que não há, até o presente, evidência clara de crime cometido por Dilma em seu atual mandato –, *não pode significar aquiescência com a tragédia do PT no poder, em todas as suas dimensões*. É possível, e mesmo necessário, para as esquerdas que são contrárias aos governos do PT, continuarem atuando enquanto oposição ao governo Dilma e, ao mesmo tempo, repudiarem clara e contundentemente qualquer tentativa de golpe parlamentar.

E, dado o enorme descontentamento social dos assalariados e das periferias, que se amplia a cada novo “ajuste” do governo Dilma, fica difícil imaginar, até para o PT, a CUT e seus aliados, uma mobilização de massas de grande envergadura para defender o governo Dilma. O que temos visto são manifestações que, simultaneamente, ora são de apoio à Dilma, ora são contra as nefastas medidas do seu governo Dilma, ora também contra o golpe.

O governo Dilma, as frações burguesas e as classes sociais

Os governos do PT (Lula e Dilma) foram excepcional exemplo de representação dos interesses das *classes e frações dominantes*, com as oscilações conjunturais próprias de um período que presenciou tanto uma significativa expansão econômica (sobretudo no segundo governo Lula), como períodos de crise econômica aguda (como especialmente no segundo governo Dilma).

Mas é preciso destacar que o governo Dilma sempre contou com expressivo apoio das classes dominantes burguesas (das frações industrial, financeira, dos agronegócios etc), particularmente em boa parte de seu primeiro governo. Com a intensificação da crise, sobretudo no final de seu primeiro mandato, esse quadro começou a se modificar. Já nas eleições de outubro de 2014 era possível perceber uma divisão maior entre as frações burguesas, uma vez que o novo quadro recessivo antecipava a necessidade, exigida pelos grandes capitais, de mudanças profundas em sua política econômica para ajustar-se ao novo cenário⁷.

Não foi por outro motivo que, logo após a vitória eleitoral em outubro de 2014, Dilma nomeou para Ministro da Fazenda um nome escolhido dentre os maiores bancos privados do país. E coube a Joaquim Levy implementar um ajuste fiscal profundamente recessivo, que começou com apoio de todas as grandes frações do capital, mas que, ao intensificar a recessão e aumentar explosivamente os juros, ao longo de 2015, despertou um crescente descontentamento dos setores industriais que veem seus lucros reduzirem-se significativamente, na medida em que o PIB (Produto Interno Brasileiro) se encolhe e que se endividam pelo crescimento expressivo dos juros⁸. E quando finalizamos este artigo podemos constatar que o descontentamento empresarial já se converte em clara oposição política ao governo⁹.

⁷ Como dissemos, mais ao final de seu primeiro governo, Dilma ensaiou uma política de redução nos juros, através da atuação dos bancos estatais. Isso já foi mais do que suficiente para começar a desagradar parcelas do capital financeiro.

⁸ O seu “pacote econômico”, de setembro de 2015, que pretendia reduzir o déficit público, está estancado no Parlamento. No início ele só foi defendido de modo efusivo pelos banqueiros, que não param de aumentar exponencialmente seus lucros. Os demais setores burgueses (em particular aqueles que atuam mais diretamente no mundo produtivo) questionam o tamanho e a profundidade da recessão e recusam as propostas de aumento dos impostos, solapando ainda mais o governo que estavam acostumados a apoiar.

⁹ A FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), em dezembro de 2015, através de Nota oficial manifestou seu claro apoio ao processo de impeachment da Presidenta, externando o crescente descontentamento em setores que anteriormente davam forte respaldo aos governos de Dilma e especialmente de Lula. E a substituição do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pelo ex-Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, empossado em 21 de dezembro de 2015, foi recebida com visível desgosto e aberta oposição por inúmeros setores do empresariado que outrora apoiavam o Governo.

Esta contextualidade adversa, por sua vez, acentua ainda mais a crise em todas as suas dimensões, fazendo com que o governo Dilma, na luta pela sua sobrevivência política, oscile sistematicamente, assemelhando-se com muita frequência a uma nau sem rumo, cujo objetivo central acaba por se resumir a manter-se no poder. Entre uma semana e outra apresentou, ao longo de 2015, propostas que sequer foram implementadas, aumentando ainda mais os descontentamentos *em todas as classes sociais – ainda que frequentemente por motivos opostos – vendo sua base social, política e parlamentar erodir a cada nova medida.*

E, quanto mais isso acontece, uma vez que 2016 se apresenta com o mesmo cenário de indefinições, a curvatura do governo Dilma frente às imposições do capital se amplia. Não é por acaso que a proposta primeira apresentada pelo recém empossado Ministro da Fazenda, o “neodesenvolvimentista” Nelson Barbosa, é implementar com “urgência” as “reformas” da previdência e da legislação trabalhista. Nem uma palavra sobre tributação das fortunas e dos grandes capitais, nem uma palavra contrária à proposta de terceirização total (presente no PL 4330, posteriormente denominado PLC 30/2015), nada sobre a ampliação da legislação social protetora do trabalho. Consequentemente, esgarça-se ainda mais o apoio militante dos movimentos sociais, sindicais e políticos que atuam sob a órbita do PT. Mas que percebem também que está sendo urdido um golpe parlamentar de direita, o que os faz agir com relativa cautela.

E os setores dominantes, por sua vez, sabem que a deposição de Dilma poderá desencadear uma ampliação da crise social, política e institucional, pois para além do direito constitucional que possibilita a deflagração do *impeachment*, é preciso ter uma causa substantiva real que por ora está ausente nesta ação das oposições de direita. E se o *impeachment* fosse (ou for) deflagrado, sem essa *causalidade essencial*, o grande capital sabe que se ampliaria ainda mais o *estado latente de revolta social*, o que dificultaria ainda mais a retomada dos lucros das grandes empresas, além de gerar desdobramentos políticos que se pode imaginar como começam, mas de consequências imprevisíveis e inimagináveis. O que parece bastante plausível, então, é afirmar que o apoio que Lula e Dilma encontraram nos períodos anteriores está se desmoronando em todas as classes sociais¹⁰.

¹⁰ As pesquisas de opinião pública, realizadas entre agosto e novembro de 2015, dão baixos índices de aprovação ao governo Dilma (próximos de 10%) e altos níveis de reprovação (próximos de 70%), sendo que em dezembro deste mesmo ano este índice se reduziu a 65%, segundo o Datafolha. O monumental desgaste de Eduardo Cunha, uma espécie de unanimidade nacional ao inverso, além do enfraquecimento político de Michel Temer, vice-presidente da República, que trama abertamente com os principais inimigos do governo Dilma, aliado à percepção de um amplo leque de forças que são contrárias ao golpe parlamentar, essa conjugação de fatores em alguma medida ajudou nesta (ainda muito) pequena recuperação do governo Dilma.

Nas *classes médias* o quadro também é bastante adverso ao governo Dilma. Seus segmentos mais conservadores – *as classes médias tradicionais* – lideram as manifestações de rua que agrupam desde setores “liberais”, conservadores até defensores da ditadura militar de 1964, passando por protofascistas e fascistas. E quanto mais as classes médias encontram-se no topo de sua escala social, mais fortemente se opõem – através do ódio – ao governo Dilma e ao PT (e também às esquerdas em geral).

Nas *camadas médias baixas*, o desencanto é completo: os salários se reduzem, a inflação aumenta, o desemprego se torna crescente e praticamente mais nenhum segmento desta *classe média baixa* anima-se em apoiar o governo. O mito da “nova classe média” também desmoronou, pois se sustentava em empregos com salários baixos (em média até 1 salário mínimo e meio), alta rotatividade etc. Com a explosão do desemprego (cerca de um milhão de novos desempregados ao longo de 2015), não é difícil perceber que as camadas médias baixas acabam no leito das oposições ao governo.

Na *classe trabalhadora* o descontentamento é explosivo: nos contingentes que foram ou ainda são parte constitutiva do PT e, por consequência, base social de seus governos, a cada dia há um processo de maior corrosão e perda desse apoio. Por certo, muitos destes setores temem um golpe, com a possível ascensão da direita explicitamente elitista, privatista e financista. Mas, cada vez mais minguam o número daqueles assalariados, homens e mulheres, que antes apoiavam abertamente o governo do PT. E nos setores operários e assalariados mais organizados e que se constituem como *oposição pela esquerda* ao governo, o seu crescimento também começa a se evidenciar. Ocorrem, por exemplo, inúmeras manifestações nas periferias, contrárias às medidas recessivas e antipopulares do governo Dilma. E, nestes núcleos mais à esquerda, não há nenhuma forma de apoio, nem mesmo crítico, ao governo, *ainda que muitos deles sejam, com convicção, fortemente contrários ao golpe parlamentar* da direita. E até mesmo nos estratos mais pauperizados e fora dos marcos de qualquer organização (seja sindical, social ou política) onde encontramos amplos segmentos sociais que dependem do assistencialismo estatal propiciado pela concessão da Bolsa-Família, até nestes contingentes esmorece expressivamente o apoio anteriormente dado à Dilma (ao mesmo tempo em que também aumenta a percepção do risco golpista).

Não é difícil constatar que a crise é de alta densidade: social, porque o descontentamento permeia todas as classes e frações de classe, ainda que de modo diferenciado e frequentemente antagônico; *política*, porque abriu uma fissura (que parece irreversível) na base partidária de apoio ao governo, sendo que vários partidos e grupamentos políticos que há pouco tempo apoiavam o governo, agora estão em campanha aberta pelo *impeachment*; e *institucional*, porque colocou

setores do Parlamento brasileiro em franca oposição ao governo, com riscos de confrontação também entre Legislativo e Executivo, com consequências diretas junto Judiciário, visto que o Supremo Tribunal Federal é frequentemente chamado a dar a interpretação legal aos desmandos do Parlamento sob o comando de uma Presidência da Câmara golpista. Por sorte, *vade retrum*, até o presente, poucas vozes da ativa do Exército pronunciaram-se politicamente, sendo que esta tarefa fica preponderantemente a cargo da turma cuja farda já é o pijama.

E se tudo isso não bastasse, a crise tem uma forte matriz econômica, que vem intensificando o desemprego, rebaixando os salários e criando um clima de incerteza que acaba por trazer mais munição para a crise¹¹.

Dilma será capaz de preservar seu mandato até 2018? Com a agudização deste quadro crítico, poderá efetivamente sofrer um processo de *impeachment* que encerre prematuramente seu segundo governo? Suportará as explosivas pressões que vêm recebendo praticamente de todas as classes sociais, das múltiplas frações da burguesia que ampliam seu descontentamento e começam a flertar com o golpismo? Será minimamente capaz de responder às vivas reivindicações das periferias, das classes populares? Suportará o ódio exacerbado das classes médias tradicionais e conservadoras, forças sempre à disposição do golpismo? Poderá, em um quadro ainda de maior gravidade, optar pela renúncia? Ou encontrará forças para soerguer-se e superar a crise atual, dado o completo descrédito que as oposições de direita encontram junto aos setores populares? Como não há quem responda indagações, nos resta, então, uma pergunta final.

Por onde recomeçar?

As rebeliões de junho de 2013 contestaram frontalmente toda a institucionalidade brasileira e permitiram, ao menos de modo embrionário, vislumbrar duas alternativas antípodas:

1) uma *proposta da ordem*, que calibra sua atuação através do acirramento da disputa PT *versus* PSDB, defendendo uma *reforma política sob controle parlamentar*, comandado atualmente pelos mais retrógrados interesses econômicos e políticos (que nos faz recordar Marx, quando este aludia à França de 1848, à “degradação do poder parlamentar” que lhe retirou “o derradeiro resquício de respeito aos olhos do público”). (Marx, 1974:39);

¹¹ E, em meio a todo esse quadro crítico, está em análise atualmente no Senado, um Projeto de Lei (PLC 30/2015), como mencionado, que é o maior vilipêndio que se pode conhecer na história do trabalho no Brasil desde a ditadura militar, pois ele permitirá a terceirização total das relações de trabalho no Brasil, se o mesmo for aprovado pelo Parlamento. E só uma resistência forte poderá obstar esse projeto nefasto que agrava ainda mais a crise social brasileira.

2) *uma proposta alternativa*, real e positiva, que seja resultado de uma transformação social e política sob impulsão das massas trabalhadoras e dos movimentos sociais. Aqui o desafio é buscar a construção de uma *alternativa política e social de novo tipo*, que *desconstrua a institucionalidade hoje dominante*, que se encontra completamente separada da vida cotidiana da classe trabalhadora e das periferias.

Neste caso, quais serão os novos canais sociais e políticos capazes de fazer avançar uma nova esquerda social e política, autenticamente conectada com o que de melhor nos oferecem os nossos incontáveis movimentos sociais e populares, a nossa juventude, a nossa classe trabalhadora, os nossos sindicatos de classe e os nossos partidos de esquerda?

O Brasil real, em meio à enorme amplitude da crise, segue seu curso. Com greves em tantas empresas; com manifestações das bases do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e do Movimento do Passe Livre (MPL). Da juventude, como o espetacular movimento de ocupação das escolas públicas em São Paulo que empolgou os estudantes, os professores, os pais, os movimentos sociais, os artistas e intelectuais críticos, depois que o governo privatista do PSDB de Alckmin decidiu fechar inúmeras escolas públicas...

Com as resistências dos sindicatos de classe (como a Conlutas, as Intersindicais e centenas de sindicatos de base); com a resistência *vital* das comunidades indígenas contra a degradação da natureza, a contaminação das terras e dos alimentos. Com a luta da população de Mariana e de todas as regiões afetadas pela tragédia causada pela Vale que destruiu cidades, vilas, rios, plantações, a pesca, a água, as praias, os mares...

Com a luta das fábricas ocupadas e recuperadas, de que é exemplo emblemático a Flaskô e tantas outras formas coletivas e associativas de trabalhadores e trabalhadoras sem emprego. Com a ação persistente e sistemática dos partidos de esquerda que se opõem aos valores do capital.

Talvez possamos oferecer um *ponto de partida* que decorre do que indicamos neste texto: a contradição de nosso tempo não poderá mais se restringir à falsa polarização entre PT x PSDB. Será uma *polarização de outro tipo*, com *outra conformação*, que não fomos ainda capazes de construir, mas que somente poderá florescer se o *epicentro de nossas lutas for buscado em outro lugar, em outro ponto diferente daqueles que nos tem dominado e mesmo exaurido*, nestas mais de três décadas que começaram auspiciosas, com a construção do PT em 1980 e que agora estão sendo sepultadas. O nosso *ponto de partida real, efetivo*, será a resultante desta conjugação de movimentos, desde os mais moleculares àqueles melhor estruturados, *sem hierarquias previamente definidas, seja dos movimentos sociais, dos sindicatos de classe ou dos partidos de esquerda*.

Como conclusão, ensaio aqui uma breve síntese: os *movimentos sociais*, por exemplo, encontram sua força e vitalidade nas conexões fortes que os enlaçam à vida cotidiana, daqueles que representam, mas por vezes encontram dificuldades em tornarem-se longevos, duradouros, assim como nem sempre lhes é fácil vislumbrar um outro desenho societal que lhes permita uma fina calibragem entre vida cotidiana e um novo *modo de vida* em sentido amplo e radical.

Os sindicatos, mais próximos dos interesses imediatos da classe trabalhadora, embora imprescindíveis, por vezes se perdem em sua imediatividade, em suas batalhas cotidianas, quando não em seu burocratismo, sem compreender bem a *totalidade* e o sentido de *pertencimento de classe* ampliado (e não corporativo) que deve plasmar as suas ações. Isso, quando não sofrem disputas políticas que não raro encontram o desinteresse e o distanciamento real de suas bases.

Os *partidos de esquerda*, por sua vez, desenham seus projetos de futuro, praticam suas ações anticapitalistas, mas com frequência se desconectam efetivamente da vida cotidiana, do dia-a-dia dos homens e mulheres que *vivem-de-seu-trabalho* e aos quais pretendem representar. Frequentemente, tornam-se prisioneiros dos espaços institucionais conquistados, *o que lhes distancia ainda mais do ser social que querem efetivamente representar*. Devem procurar melhor compreender as novas dimensões das lutas sociais, as questões vitais presentes na vida cotidiana e que constantemente são desconsideradas pelas ações partidárias tradicionais.

Não é difícil perceber que, menos do que hierarquizações prévias, os desafios estão em *soldar laços de maior organicidade entre estas três ferramentas que o mundo do trabalho hoje ainda dispõe*, de modo que suas ações não sejam ainda mais pulverizadas ou exauridas nesta fase de profunda ação destrutiva do capital em relação ao trabalho e à humanidade, em escala global.

Se nossas indicações acima procuram apontar os riscos das hierarquizações prévias e não aquelas efetivamente conquistadas nas ações concretas, elas pretendem também sugerir que nossas ações, lutas e batalhas passam também por estes espaços, ainda que para avançar em direção a uma nova organicidade das forças sociais do trabalho. Para a qual as nossas esquerdas, *sociais, sindicais e políticas* poderão autenticamente ajudar, sempre que estiverem de fato enraizadas em experiências concretas e fizerem parte efetiva das lutas sociais de nosso tempo.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo (2011). *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo.
- _____ (2006). *Uma esquerda fora do lugar*. Campinas: Autores Associados.
- _____ (2004). *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados.
- FERNANDES, Florestan (1975). *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Zahar.
- GRAMSCI, Antônio (1989). *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MANN, Thomas (2000). *Confissões do Impostor Felix Krull*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MARX, Karl (1974). *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- OLIVEIRA, Francisco (2006). *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- PRADELLA, Lucia e MAROIS, Thomas (2015). (edits.). *Polarising development: alternatives to neoliberalism and the crisis*. Pluto Press: London.
- SAMPAIO, Jr., Plínio (2014). *Jornadas de junho*, São Paulo: Instituto Caio Prado/ICP.